

## ■ POLÍTICA

# Sem trégua entre aliados, Senado vive impasse

Guerra entre ACM e Jader Barbalho paralisa disputa pelas presidências de comissões e dificulta tramitação de projetos

Anamaria Rossi, Francisco Câmera  
e João Domingos  
de Brasília

De novo as brigas entre políticos da base governista paralisaram o Congresso e tiveram repercussão imediata na economia do País. Embora alguns analistas tenham atribuído a subida do dólar para R\$ 2,011 (a maior cotação desde 1999) à divulgação hoje da inflação dos Estados Unidos, muitos políticos afirmavam que a expectativa em torno do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi também determinante para a especulação com a moeda norte-americana.

Tendo ou não razão os que ligaram a alta do dólar às questões políticas, o certo é que o Senado parou de novo por conta da luta que travam Antonio Carlos e o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA). E, nesse caso, tudo também é paralisado. Sete dias depois da eleição de Barbalho presidente do Senado, não houve ainda solução para as direções de nenhuma das comissões. Sem elas, os projetos de lei não podem chegar ao plenário.

Faltam quase dois anos para a próxima eleição. Mas, na visão dos senadores, não é prazo tão longo assim. Eles disputam palmo a palmo as presidências das comissões, todos em busca de um palanque que lhes dê a garantia de holofotes pelos próximos dois anos, tempo em que dura o mandato. Nessa disputa, estão fazendo de tudo.

Os ânimos no Senado andam tão exaltados, que dois senadores tucanos tiveram um bate-boca acalorado e por pouco não trocaram socos. Enraivecido por saber que o senador Romero Jucá (PSDB-RR) vinha coletando assinaturas para ser conduzido sem problemas à presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Osmar Dias (PSDB-PR), também candidato ao mesmo cargo, o procurou para tomar satisfações.

Disse que não reconhecia a legalidade das assinaturas que Jucá vi-



Antonio Carlos Magalhães



Tasso Jereissati

nha coletando, porque a escolha dos presidentes deve ser feita nas reuniões de bancada. Ficar atrás das portas, disse Osmar Dias a seu colega, é agir como "as baratas". Depois, intimou Jucá: "Ou você rasga esse abaixo-assinado, ou eu o tomo e o rasgo". Romero Jucá entendeu o ultimato. Rasgou a papelada. Osmar Dias costuma ser calmo. Mas tem história. Quando secretário da Agricultura do Paraná, no governo de Roberto Requião, pôs para fora de seu gabinete, a pontapés, uma pessoa que o procurou com uma proposta de suborno.

O PSDB dá a impressão, hoje, de que vem passando por crises internas. Primeiro, foi a reação do governador do Ceará, Tasso Jereissati, aos acordos feitos pelos tucanos para a eleição de Jader Barbalho presidente do Senado. Depois de ameaçar sair do partido, por ver o crescimento da força de José Serra, ministro da Saúde, na disputa para ver quem chega na frente na corrida para a sucessão presidencial de 2002, o governador cearense acabou tendo um encontro de seis horas com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Saiu do encontro mais calmo.

Na briga entre os governistas, que

parece não acabar nunca, quem levou a pior ontem foi o senador Antonio Carlos Magalhães. Menos de uma semana depois de ter sido derrotado por Jader Barbalho, Antonio Carlos foi à tribuna do Senado fazer acusações de corrupção envolvendo ministros do PMDB. Afirmou que não estava ali para atacar o governo, mas Jader.

Em seguida, ele citou uma série de fatos e notícias de jornais implicando o presidente do Senado em irregularidades. Antonio Carlos repetiu as denúncias de envolvimento de Jader em operação ilegal no Banpará, falou em irregularidades no Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), subordinado ao ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, e na Companhia Docas da Bahia, dirigida por seu inimigo político Afrísio Vieira Lima, pai do líder do PMDB, Geddel Vieira Lima.

Numa ação montada com antecedência, o PMDB retirou-se do plenário. Jader não ouviu o discurso de Antonio Carlos. O pior é que ninguém — à exceção do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), quando o discurso já havia acabado — apartou o autor de um discurso geralmente é medido pelo número de apartes. O

boicote ao ex-presidente do Senado foi tão evidente que o senador Carlos Patrocínio reclamou. E Antonio Carlos insinuou, antes de descer da tribuna, que havia um silêncio conivente entre seus pares.

Mas para o senador baiano, o pior veio depois. Falando como líder do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) foi à tribuna e apresentou seis requerimentos para apurar supostas irregularidades envolvendo Antonio Carlos. Três delas são conhecidas e foram divulgadas por jornais, revistas e publicações variadas nos últimos meses e nas vésperas da eleição para a presidência do Senado.

Dizem respeito a contratos entre a Eletrobrás e distribuidoras de energia de Angra II, como compensação por hipotético prejuízo às empresas por atraso nas obras da usina (na época em que Antonio Carlos era presidente da estatal), convênio suspeito de R\$ 38 milhões para as obras do porto de Juazeiro (BA) durante o governo de Antonio Carlos na Bahia e concessão de certidão negativa de débito do INSS em transação imobiliária realizada pelo empresário João Carlos Di Genio (amigo do senador baiano) e a Construtora Vicente Matheus. No início da noite, Di Genio divulgou nota em resposta às suspeitas levantadas pelos peemedebistas na qual afirma que, se há alguma pendência, ela é entre o INSS e a construtora.

De conteúdo novo, Renan Calheiros apresentou requerimentos — prontamente acatados por Jader Barbalho, que voltara a presidir a sessão — para que o Tribunal de Contas da União apure desvio de R\$ 58 milhões das verbas federais destinadas ao Aeroporto de Salvador, executadas pela Construtora OAS, de um genro do senador Antonio Carlos; instauração de inquéritos administrativos para apurar os contratos firmados pela antiga Mesa do Senado com a Cooperativa dos Trabalhadores em Comunicação do Congresso Nacional e os negócios realizados por Rubens Galeranni também com

a Mesa anterior, presidida por Antonio Carlos. Galeranni, que circulava no Congresso se autodenominando "embaixador da Bahia", é investigado pelo Ministério Público por enviar dinheiro ao exterior e em quantias muito superiores às suas condições financeiras.

O golpe peemedebista pegou todo mundo de surpresa, principalmente o PFL e o senador baiano, que não esperavam reação tão rápida do PMDB. Antonio Carlos prometeu voltar aos ataques sempre que for necessário. Os partidos de oposição voltaram a pedir a instalação de uma CPI para apurar todas as denúncias

envolvendo Jader Barbalho e o ex-presidente do Senado.

Na Câmara, o PSDB não está passando por uma fase tão complicada quanto a do Senado. Acabou escolhendo, por aclamação, o deputado baiano Jutahy Júnior líder do partido. Foi mais uma derrota para Antonio Carlos, adversário de Jutahy. Quando ministro do Bem Estar Social durante o governo de Itamar Franco, Jutahy liberava verbas para os municípios da Bahia e, em seguida, mandava telegramas ao líder da oposição e ao vigário comunicando o valor e em que condições mandara o dinheiro. Isso irritava Antonio Carlos profundamente.